

GLOBAL ENERGIA ELÉTRICA S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da GLOBAL ENERGIA ELÉTRICA S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: GLOBAL ENERGIA ELÉTRICA S.A.
- CNPJ/MF: 36.948.016/0001-78
- Atividades: a exploração do ramo de geração de energia elétrica mediante autorização do Poder Público.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 17/12/2014
- Data de Vencimento: 17/12/2021
- Banco Escriturador/Mandatário*: Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Código Cetip/ISIN: GBEE11/ BRGBEEDBS006
- Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.
- Destinação dos Recursos*: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao projeto de exploração do potencial energético da Pequena Central Hidrelétrica Baruíto, localizada no Município de Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso (“PCH”), nos termos da legislação aplicável e em conformidade com o Contrato de Concessão n.º 01/93 (“Contrato de Concessão”), celebrado entre a Emissora e a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), segundo o qual foi concedida à Emissora a exploração do potencial energético da PCH, ficando estabelecido que, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes (conforme definido na Cláusula 4.1.7.1 (vi) da Escritura), R\$5.000.000,00 dos recursos captados através desta Emissão serão destinados à Conta Reserva das Debêntures e serão liberados para Conta de Livre Movimentação, conforme tais contas são definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos

Emergentes, assim que implementada a Condição Suspensiva I (conforme definida na Cláusula 4.1.7.1 (v) da Escritura).

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,39 em 2015 para 0,43 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,59 em 2015 para 1,68 em 2016;

➔ Liquidez Seca: de 1,59 em 2015 para 1,68 em 2016;

➔ Giro do Ativo: de 0,15 em 2015 para 0,16 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 16,8% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 9,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 8,1% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 5,6% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 3,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 100.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 6,50% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

18/01/2016 – R\$ 833,400000
17/02/2016 – R\$ 833,400000
17/03/2016 – R\$ 833,400000
18/04/2016 – R\$ 833,400000
17/05/2016 – R\$ 833,400000
17/06/2016 – R\$ 833,400000
18/07/2016 – R\$ 833,400000
17/08/2016 – R\$ 833,400000
19/09/2016 – R\$ 833,400000
17/10/2016 – R\$ 833,400000
17/11/2016 – R\$ 833,400000

Juros:

18/01/2016 – R\$ 1.436,590212
17/02/2016 – R\$ 1.423,025841

17/03/2016 – R\$ 1.480,991676
18/04/2016 – R\$ 1.467,328278
17/05/2016 – R\$ 1.383,905614
17/06/2016 – R\$ 1.509,158902
18/07/2016 – R\$ 1.426,338084
17/08/2016 – R\$ 1.480,519711
19/09/2016 – R\$ 1.466,200116
17/10/2016 – R\$ 1.252,436924
17/11/2016 – R\$ 1.358,375574

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 500
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 500

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
 - Resgate: não houve;
 - Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não aplicável;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.
7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 5.3.1.1, alíneas “(o)” e “(p)” da Escritura de Emissão.

PASSIVO EXIGÍVEL

Endividamento Bancário ou financeiro de curto e longo prazo	32.069,00
Debentures passivo circulante	3.464.951,00
Debentures exigível a longo prazo	38.135.157,00
Financiamento de tributos	10.383.061,00
Total (i) passivo exigível	52.015.238,00

ATIVO REALIZÁVEL

Caixa ou equivalentes de caixa	39.688,00
Aplicações financeiras	1.105.616,00
Investimentos	13.539.332,00
Depósitos Judiciais	246.995,00
Investimentos realizavel a longo prazo	6.433.718,00
Total (ii) ativo realizável	21.365.349,00

Divida líquida **30.649.889,00**

	2016
Lucro bruto (DRE)	11.543.857
Despesas gerais	-1.784.530
Depreciação e amortização	2.182.083
EBITDA	11.941.410

Total (i-ii) relação divida líquida - ebitda **2,57**

A) Geração de Caixa da Atividade

	Descrição	Acumulado
(+)	Disponibilidade final do período imediatamente anterior (*)	1.145.304,00
(+)	EBITDA	11.941.411,00
(-)	Imposto de Renda	(522.381,36)
(-)	Contribuição Social	(283.520,01)
(+/-)	Variação de Capital de Giro (1)	3.638.861,97
(=)	Soma da Geração de Caixa da Atividade	15.919.675,60

B) Serviço da dívida

(+)	Amortização de Principal e Juros	5.725.435,00
(=)	Soma do serviço da dívida	5.725.435,00

C = Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)	2,78
---	-------------

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento de outras obrigações não pecuniárias*.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será considerado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento, pela Emissora, da comunicação acerca do descumprimento.

*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe comunicados@pentagonotrustee.com.br, ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s)*: (i) fiança; (ii) alienação fiduciária de bens móveis; (iii) alienação fiduciária de ações; (iv) hipoteca de segundo grau; (v) alienação fiduciária de bem imóvel; e (vi) cessão fiduciária de direitos emergentes, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Em 31 de dezembro,
Valores expressos em reais

Global Energia

	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE	27.744.930	26.214.144
Caixa ou equivalentes de caixa	39.688	36.680
Aplicações financeiras	1.105.616	4.919.527
Adiantamentos	3.148.232	4.296.578
Investimentos	13.539.332	13.539.332
Impostos a recuperar	3.663	62.321
Empréstimos a terceiros	9.908.398	3.359.706
NÃO CIRCULANTE	74.077.620	76.502.900
Realizável a longo prazo	238.107	481.304
Investimentos	6.433.718	6.433.718
Imobilizado	86.268.169	86.268.169
(-) Depreciação Acumulada	(24.008.743)	(22.136.596)
Diferido	9.307.387	9.307.387
(-) Amortização Acumulada	(4.161.018)	(3.851.082)
TOTAL DO ATIVO	101.822.549	102.717.044
PASSIVO		
CIRCULANTE	16.475.742	16.470.121
Instituições financeiras	32.069	194.118
Fornecedores	2.321.122	2.348.778
Debentures	3.464.951	5.000.108
Obrigações fiscais	5.836.862	5.054.452
Obrigações sociais e trabalhistas	4.579.426	3.622.894
Outras contas a pagar	241.312	249.771
NÃO CIRCULANTE	48.721.818	51.586.661
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	48.721.818	51.586.661
Debentures	38.135.157	41.000.000
Financiamento de Tributos	10.383.061	10.383.061
Fornecedores	203.600	203.600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.624.989	34.660.262
Capital social	9.200.000	9.200.000
(-) Capital a Integralizar	(234.157)	(234.157)
Reservas lucros	34.901.486	34.901.486
Adto. p/aumento de capital	320	320
Lucros ou prejuízos acumulados	(9.207.387)	1.043.212
Ajuste de exercícios anteriores	-	(6.063.122)
Resultado a disposição dos acionistas	1.964.727	(4.187.477)
TOTAL DO PASSIVO	101.822.549	102.717.044

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

Anexo 2

Quadro II – Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de dezembro,
Valores expressos em reais

Global Energia

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16.931.040	15.774.065
Vendas de Energia Elétrica	16.931.040	15.774.065
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(617.983)	(575.753)
(-) impostos incidentes sobre vendas	(617.983)	(575.753)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.313.057	15.198.312
CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS	(4.769.200)	(6.538.939)
(-) Custo de geração de energia elétrica	(4.769.200)	(6.538.939)
LUCRO BRUTO	11.543.857	8.659.373
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.773.229)	(12.238.128)
Despesas gerais	(1.784.529)	(2.264.242)
Encargos financeiros líquidos	(6.988.700)	(9.973.886)
Receitas financeiras	1.128.600	452.345
Despesas financeiras	(8.117.300)	(10.426.231)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	2.770.628	(3.578.755)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	(283.520)	(209.126)
Contribuição social	(283.520)	(209.126)
Imposto de renda	(522.381)	(399.596)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.964.727	(4.187.477)

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações contábeis

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Acionistas da
Global Energia Elétrica S/A
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da **Global Energia Elétrica S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, das mutações do ativo imobilizado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial da **Global Energia Elétrica S/A** em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, das mutações do ativo imobilizado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A **Global Energia Elétrica S/A** reconhece como ativo diferido (nota 12) os gastos de implantação e resultados pré-operacionais a suas atividades. A amortização, teve início em 2003, e é calculada em consonância aos critérios estabelecidos no Contrato de Concessão com a União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, à taxa anual de 3,33%, respaldada pelo art. 183 e 299-A da Lei 6.404/76. Tal prática diverge de normas internacionais de contabilidade, que recomenda o reconhecimento da totalidade dos gastos pré-operacionais no resultado, quando ocorridos e, em se tratando de saldos constituídos anteriores a vigência da Lei 11.638/2007, estes deveriam ser reconhecidos como ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido, quando da adoção daquele dispositivo legal (item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08).

Outros Assuntos

Examinamos a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentada como informação suplementar e cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Cuiabá, 31 de março de 2017.

Salgueiro & Motta Auditoria e Consultoria S/S
CRC/MT nº 545/O-0
CVM/nº 11541

Clayton da Costa Motta
Contador CRC/MT 009824/O-0